

LUIZ DOS SANTOS VILHENA: UM CRONISTA PIONEIRO DO RIO GRANDE DO SUL E DE PORTO ALEGRE

Günter Weimer¹

Dentre os cronistas do Brasil colonial, Luiz dos Santos Vilhena certamente foi um dos mais competentes e, mesmo assim, sua obra é muito pouco conhecida. Por mais de um século ela ficou totalmente esquecida apesar de existir um exemplar manuscrito na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Até os mais dedicados pesquisadores da história do Brasil do século XIX como Varnhagem ou Handelmann não citam seu nome. Possivelmente tenha sido Capistrano de Abreu o primeiro a lhe dar o devido valor quando declarou ser este um dos melhores trabalhos sobre o Brasil Colônia. Mesmo assim, foram poucos os historiadores do século passado que lhe deram o devido valor.

Igualmente, é pouco o que se sabe sobre o autor e de sua vida. No próprio livro publicado em três volumes consta apenas que ele contém vinte cartas (na realidade são vinte e quatro cartas) escritas pelo “mais humilde dos vassalos, o professor régio da língua grega na cidade do Salvador”, Luiz dos Santos Vilhena que a oferece ao Príncipe Dom João que viria a ser coroado no Brasil com o nome de Dom João VI. Pelo que se supõe o Príncipe não leu a obra e a passou ao encarregado dos assuntos do Brasil, o Conde de Linhares, que tampouco lhe prestou a devida atenção e a guardou em sua biblioteca. Com a intempestiva fuga da Família Real diante das tropas napoleônicas a obra acabou vindo para o Brasil e aqui continuou no esquecimento até que, em inícios do século, foi redescoberta no acervo das obras raras da Biblioteca Nacional. De início era tida como uma curiosidade, mas logo se percebeu

1 Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em 1963. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Professor aposentado da FAU-UFRGS. Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Autor de cerca de 40 livros de autoria exclusiva e colaborador em aproximadamente de 80 livros. E-mail gunterweimer@gmail.com

não era nisso que se esgotava seu conteúdo. Quando ela começou a ser consultada e os historiadores mais conceituados passaram a realizar pesquisas em seu conteúdo, ela adquiriu alguma notoriedade. Mas foi seu curioso nome “Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília” que chamou a atenção dos pesquisadores baianos e em 1917 apareceu uma notícia publicada na revista da Academia de Letras da Bahia sobre a importância do livro. Esta divulgação teve por desfecho que pela primeira vez a obra fosse publicada no Brasil sob os auspícios do governo daquele estado, em 1921.

Para desvendar a origem da obra o acadêmico Braz do Amaral foi encarregado de fazer uma pesquisa em arquivos brasileiros e portugueses. Salvo melhor juízo, o resultado deste levantamento resume o que se sabe sobre o autor em nossos dias.

Pelo fato de ter servido no exército do país em Setúbal durante dez anos deduz-se que Vilhena era português de nascimento. Numa petição ao rei gabou-se de ter aproveitado o tempo de caserna para estudar “as belas e difíceis línguas grega e latina”. Após dar baixa, candidatou-se, por volta de 1785, à regência da cátedra de grego, possivelmente, na Aula de Fortificações e Arquitetura que, mais tarde, se tornaria conhecida como Academia Militar. Aprovado no exame, não pôde assumir o cargo por ter ficado doente. Sua recuperação foi lenta e somente um ano mais tarde pôde se apresentar para assumir o cargo. Então foi informado que a vaga já havia sido preenchida. Como alternativa, foi-lhe oferecido o cargo de professor de grego numa escola em Salvador da Bahia, no Brasil. Assumiu esta função em sete de maio de 1787. Certamente – embora a documentação disponível não seja explícita – este estabelecimento de ensino deve ter sido Aula de Fortificações e Artilharia que fora fundado em 1710 e se constituía na segunda mais antiga instituição de ensino superior da Colônia. Pelo nome da instituição percebe-se que se tratava de escola congênere da portuguesa, para a qual havia feito o concurso.

Vilhena deve ter-se adaptado muito bem à nova terra, pois ao

cabo dos dez anos para os quais havia sido contratado, solicitou a prorrogação do contrato por mais seis anos. Enquanto aguardava a decisão de seu pedido permaneceu em Salvador. Quando este pedido lhe foi negado, voltou a Lisboa para onde embarcou a dez de dezembro de 1799. Nesta viagem já levou o manuscrito do qual trataremos a seguir.

Da mesma forma como acontecera durante seu serviço militar, Vilhena aproveitou o tempo em que não estava envolvido com a docência para estudar e se dedicar a recolher dados sobre a nova terra. Em conformidade com os costumes dos literatos da época, usou o pseudônimo Amador Veríssimo de Aleteya para relatar seus conhecimentos na forma epistolar em textos que seriam mandadas para um amigo fantasioso com o nome de Filopono. Estas cartas foram publicadas entre 1802 e 1803.

Segundo o frontispício dos primeiros volumes, suas “Notícias” se comporiam de vinte cartas publicadas em três tomos. Aparentemente, resolveu acrescentar mais quatro cartas (então dirigidas a um hipotético Pratifilo) depois de ter voltado para Lisboa o que fez com que a obra acabasse sendo composta de quatro volumes. Cada “carta” tratava de uma capitania específica à exceção da Bahia que foi objeto de várias “missivas”. Dentre estas, a décima sétima tratou da Capitania do Rio Grande do Sul de São Pedro. Vilhena não esteve pessoalmente nesta capitania, mas se louvou em testemunhos de pessoas que viveram aqui e que ele julgou dignas de fé. Certamente foi por esta razão que somente as primeiras oito páginas de um total de vinte e três tratam da descrição da Capitania. As finais faziam longas discussões a respeito das políticas a serem adotadas para o desenvolvimento da Capitania. Como estas considerações não foram adotadas ou só em parte, deixamos de transcrevê-las. Sua redação barroca não é de fácil leitura em razão do que a traduzimos e a adaptamos para a linguagem contemporânea tentando manter o sentido original. Também acrescentamos alguns comentários em pé de página que julgamos indispensáveis para o entendimento ou para apontar incorreções.

Carta décima sétima de Luiz dos Santos Vilhena.

Em que se dá notícia não vulgar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, última dos domínios portugueses na costa da América meridional para a parte do sul; com alguns ditames que parecem admissíveis e de razão para melhoramento da mesma Capitania, a que acede uma muito breve noção da Ilha de Santa Catarina, o que melhor se verá do contexto.

Filopono:

Meu caro amigo. Recomendas-me na tua carta de 21 de fevereiro que te envie algumas informações através das quais possas formar uma idéia sobre a Capitania do Rio Grande do Sul. Eu o faria com aquela vontade que sempre tens achado em mim, mas sinceramente te confesso que várias razões me impedem de atender o teu desejo sendo a principal não ter estado naquela região, motivo pelo qual me vejo obrigado a escrever as que consegui através de outros: por se tratar de pessoas de muito crédito e de prática naquelas plagas, pouca ou nenhuma dúvida podes ter do que te participo, pois tudo foi conferido com vários informantes, tanto naturais como residentes de muitos anos naquela capitania.

A povoação principal do continente de São Pedro denomina-se vila de São Pedro; fica na latitude de 51 graus e 51 minutos e na longitude de 334 graus e 25 minutos; está situada a duas léguas (13,2 km, conversão inserida) acima da barra, pela parte sul. A barra do Rio Grande é muito perigosa devido à inconstância dos bancos de areia feitos pela ressaca das ondas do mar, que mudam de posição segundo os ventos e as correntezas. Porém, logo que as embarcações sejam corvetas², bergantins³ ou sumacas⁴, vencendo a zona de riscos destes ban-

2 Navio de guerra semelhante à nau, porém menor e menos armada, mas mais veloz. Surgiu em fins do século XVIII.

3 Embarcação a remo e a vela, esguia e veloz, de um ou dois mastros e oito a dez bancos para remadores.

4 Embarcação semelhante ao patacho, porém menor, provida de dois mastros e gurupés (mastro horizontal colocado na proa). Dispunha de duas velas retangulares, cada qual sustentada por duas vergas

cos instáveis, podem seguir na maior segurança. Pelo lado setentrional havia um excelente lagamar⁵ onde podiam ancorar e encontravam abrigo. O mesmo, porém, está areado e perdido. A 60 léguas (396 km, conversão inserida) da barra fica a vila de Porto Alegre⁶ onde termina a navegação das mencionadas embarcações. Estas sobem pelo canal do rio⁷ que muda constantemente de rumo, até fundear na vila de Porto Alegre onde vão comerciar. Acima desta povoação diversos rios aos quais faremos menção a seguir, se fundem em um só⁸.

O território que fica em ambos os lados do Rio Grande de São Pedro é uma região das mais férteis de todo o Brasil; sua amenidade é admirável e seu clima é benigno ainda que frio em comparação com o das capitanias mais a norte. A produção de quase todos os frutos é copiosa. Apesar de todos estes predicados, esta tem sido a mais infeliz das capitanias da América Portuguesa pela pouca atenção que sempre lhe deu a corte a não ser durante a terrível seca e esterilidade que por alguns anos abateu as capitanias do Ceará, Rio Grande do Norte e parte do Piauí, extinguindo milhares de cabeças de gado vacum e deixando inteiramente despovoadas inúmeras e grandes fazendas que faziam fortunas com carnes frescas, salgadas e secas. Isso fez com que as capitanias centrais de Pernambuco, Bahia e até o Rio de Janeiro fossem procurar no Rio Grande de São Pedro aquelas mercadorias que as mencionadas capitanias do norte não podiam e ainda não podem fornecer.

Os poucos colonos do Rio Grande não ignoravam a fertilidade da região: a falta de possibilidade de escoamento dos frutos de suas colheitas os obriga a conterem-se nos limites do cultivo para o consumo de suas pobres famílias. Por esse motivo, apesar de se acharem numa das regiões mais ricas de produção natural, vivem na maior in-

presas aos mastros e duas triangulares, uma em cada extremidade.

5 Baía, enseada ou golfo abrigado; alargamento dentro de um rio onde não há correnteza.

6 Esta distância é exagerada: em linha reta a distância é de aproximadamente 250 km.

7 Este "rio" é a laguna dos Patos.

8 Esta informação não está totalmente correta: Porto Alegre se situa(va) no estuário do Guaíba (do guarani *guai* = enseada, *baia* + *yba* = ruim, impréstável à navegação). A época o rio Jacuí (do guarani *Jacu* = uma ave + *y* = água, rio), por vezes, também era designado por este nome.

digência. Quando os habitantes de outras colônias iam a suas casas comprar-lhes o que sobrava, estimulados pelos interesses de suas próprias conveniências, foram desfazendo suas fazendas de gado em que eram tantas as reses que não tinham dúvida em dar um boi a quem lhes restituísse o couro. Infelizmente, faltava-lhes o sal para acondicionar a carne e couros, artigo em que a província do Ceará levava vantagem por possuir salinas naturais das quais se poderia tirar tanto sal que nem todo o Brasil poderia consumir.

Quando os compradores perceberam que a falta deste produto minorava suas lucrativas negociações visto que os preços da carne e do couro eram muito baixos, resolveram comprar o sal nos armazéns de contato das cidades de onde saíam e, levando-o em suas embarcações, o vendiam a troco de carne e couro com os quais as carregavam. Desta forma, com trocas mútuas, foi-se fortalecendo, pouco a pouco, o comércio do Rio Grande, crescendo a este gêneros, muito trigo e farinha do mesmo, que hoje exportam, além de bastante manteiga, queixos e muitos quintais⁹ de sebo, na forma de velas ou a granel, baris de biscoitas, couros com cabelo, peles de veados, arrobas de crinas, ervilhas, cebolas, alhos.

Devido à carência de gêneros de primeira necessidade, importa-se toda a qualidade de vestiário, azeite, vinagre, vinho, ferragens, cobre, chumbo, estanho, louça, cordas, lona, breu, etc. Esta é a razão pela qual a capitania não progrediu muito devido à sobrecarga com que compram os artigos indispensáveis. Apesar disso, o Rio Grande se acha em melhores condições que antes e um tanto mais povoado.

Os naturais daquela região são dóceis, sinceros e vigorosos para o trabalho rural: entre eles são tidos como mais ricos os que possuem fazendas de gado que ali são denominadas estâncias¹⁰.

9 Peso igual a quatro arrobas, ou seja, 58,758 kg.

10 Em verdade havia uma diferença entre “fazendas” e “estâncias”. Esta se originou na forma como foi feita a apropriação da terra. Como havia imensas áreas desocupadas, ditas “terras devolutas”, era de interesse que as mesmas fossem rapidamente ocupadas. Segundo a legislação portuguesa, o módulo de terra a ser doada era “sesmaria” que correspondia a um quadrado de uma légua (6,6 km) de lado. Como a área a ser ocupada era muito grande, as doações passaram a ser três vezes maior o que, teoricamente,

Para melhor poder ajuizar as características daquela região, meu Filopono, darei sobre ela algumas noções de geografia que foram obtidas de pessoas que pouco ou nada ignoram daquele continente e que foram conferidas em plantas geográficas que dela conservo e que foram elaboradas, examinadas e medidas por engenheiros peritos por ocasião da última guerra que tivemos com os espanhóis.

Sete léguas dista a vila de Rio Grande da povoação do Povo Novo a qual não é atingida pelas embarcações e cujo terreno é arenoso e, mesmo assim, é bastante fértil. As campinas são cortadas por muitos ribeiros tortuosos, apresentam pastagens imensas e ótimas para a criação de infinitas cabeças de gado que se reproduzem em muitas estâncias que por ali estão estabelecidas.

Não é menos fértil e povoado o terreno de uma extensão de 20 léguas (132 km, inserção nossa) localizado entre o Povo Novo e o Taim¹¹, onde temos uma guarda. Este terreno é muito apropriado para a plantação de vinhas, se houver quem as queira plantar. A uma distância de 35 léguas (231 km, inserção nossa) de nossa Fortaleza há outra pertencente aos espanhóis¹² e onde, na última guerra, se assentou a demarcação das terras pertencentes às duas coroas, a portuguesa e a espanhola, até que se fixasse em definitivo a verdadeira linha divisória dos limites.

corresponderia a uma área de um retângulo de uma por três léguas, por vezes denominadas de “sesmaria de campo”. Segundo as normas legais, a apropriação se daria em vários estágios: inicialmente o interessado ocuparia a área que lhe convinha. Depois de ter se estabelecido e construído benfeitorias, requeria a doação da terra ao governo, inicialmente, ao governo central e, depois, à governança da capitania. Mas esta só lhe seria destinada em definitivo depois de mais algum tempo, após comprovar sua posse efetiva e da constituição de um assentamento consolidado. Esta doação teria que receber o aval do governo local, ser submetida à apreciação do Conselho Ultramarino e ratificada por assinatura real. Acontece, porém, que a administração pública era pouco estruturada, o que abria as portas para a corrupção. Como a apropriação dependia da anuência do governo da capitania, dependendo das relações de amizade ou de compadrio, um mesmo proprietário podia receber mais de uma sesmaria que era escriturada em nome de algum parente ou um testa de ferro. Isso fez com que surgissem dois tipos de propriedade: aquela em que o dono estava estabelecido que era denominada de “fazenda” e a outra que era administrada à distância e que recebia o nome de “estância”.

11 Esta distância parece ser um tanto exagerada ou talvez decorrente pela irregularidade dos caminhos. Em linha reta, essa distância é de aproximadamente 80 km.

12 Admitimos que a fortaleza espanhola a que o autor se refere seja a de São Miguel. Se assim for, a distância entre o Taim e aquela fortificação é de cerca de 150 km, em linha reta.

As terras da parte do Norte, as únicas que possuímos até o ano de 1774 quando adquirimos as da parte Sul, são as mais férteis daquele continente. Nelas se acham diversas fazendas de gado e o terreno tem capacidade para produzir toda qualidade de sementes que nele forem semeadas, especialmente, de linho que, segundo me informaram, teria uma altura e grossura extraordinárias. Além disso, mais do que em qualquer outro lugar, ali uma grande parte dos frutos da Europa se desenvolvem em suma abundância.

Um pouco mais acima da vila de São José do Norte que quase corresponde à de São Pedro do Sul há uma ponta que entre pelo grande lago que faz o rio ser conhecido como Lagoa dos Patos. Ela é chamada de Ponta da Montanha aonde vem dar o grande rio que desce do continente e pelo qual sobem e descem, como disse, sumacas e corvetas por um canal de tantas voltas que um piloto com muita prática poderá evitar o encalhe em algum dos muitos e continuados baixios que o acompanham em ambos os lados¹³. Estes riscos existem ao longo das 60 léguas até a vila de Porto Alegre de onde os grandes vasos não podem passar, não por falta de água, mas pelo perigoso fundo e pelas cachoeiras¹⁴ que vedam sua navegação.

Porto Alegre foi criada como vila em 1772 quando governava

13 Conforme os relatórios presidenciais de 1847 a 1850, os engenheiros E. F. de Werna Billstein, Francisco Cândido de Menezes e Caetano Travassos foram encarregados de efetuar o balizamento do canal da laguna, serviço no qual foram investidos mais de 60 contos de reis. Entre 1859 e 63 foram construídos sete faróis no trecho entre São José do Norte e Itapuã.

14 Aqui havia, obviamente, carência de informações: para as embarcações da época não havia limitações quanto ao calado em grandes trechos de diversos rios a cima: eventuais bancos de areia existiam apenas juntos às margens. Um dos embaraços para a navegação era a grande quantidade de troncos de madeira que obstruíam os rios em diversas regiões. Conforme os relatórios presidenciais de 1850 a 53, o engenheiro Manuel Pedrosa foi encarregado de desobstruir o rio Jacuí. Em 1853 não foi paga a segunda prestação porque o serviço não foi considerado satisfatório. Em 1857 os trabalhos foram retomados por E.F. de Werna Billstein, mas só foram concluídos em 1864. A desobstrução e o levantamento do rio dos Sinos seriam feitos entre 1852 e 53 por Joaquim Martins Pires. A desobstrução do rio Pardo foi feita em 1857, mas teve de ser refeito três anos mais tarde. A desobstrução do Vacacaí foi realizada em 1860. Por estes dados percebe-se que tornar os rios navegáveis era um trabalho moroso e muito caro em seu tempo. A existência de corredeiras só acontecia em alguns trechos bastante afastados de Porto Alegre e, de cachoeiras, só a distâncias bem consideráveis. No entanto, dentro do folclore local havia diversas referências à existência de cachoeiras que sucessivos levantamentos por peritos demonstraram não existir. Devido a eles, dois municípios receberam nomes referidos aos mesmos: Cachoeira do Sul, no Jacuí e Cachoeirinha, no Gravataí.

aquela capitania Manoel Jorge Gomes Sepúlveda. Antes tinha o nome de Porto dos Casais. Está situada em lugar elevado com um declive até a margem de um lago, fundo e largo, no qual podem ancorar sumacas e corvetas.

O terreno adjacente a esta vila é composto de terras que vulgarmente chamam de “delgadas” e são misturadas com alguma areia razão pela qual são tidas como medianamente férteis. Apesar de serem deste tipo, não só produzem em abundância tudo que é próprio daquela região e clima, como estão livres de excessivo crescimento de ervas como é comum nas terras lavradas em quase todo o Brasil e que roubam a substância a todas as plantas a partir da falta de cuidado com a limpeza e a capina. Igualmente produzem em abundância quase todas as frutas que há neste reino e com especialidade de pêssegos que ali crescem como mato bravo o que quase acontece com maçãs e marmelos. Também não é escassa a produção de grande parte dos legumes da Europa. Nenhuma terra pode competir com aquelas na produção de trigo. Em todos os arrabaldes de Porto Alegre há grandes estâncias de gado e nelas são fabricados queijos muito bons e bastante manteiga o que poderá se tornar um promissor ramo do comércio se houver quem aplicasse o verdadeiro método e conhecimento de como na Inglaterra e na Holanda se produzem estes gêneros.

Muitas canoas grandes carregadas de víveres de diferentes espécies em conformidade com as estações acorrem ao porto no sábado de cada semana. Ali se abastecem os habitantes e os marinheiros. Para lá também se dirigem, com seus produtos, moradores de pequenas povoações que se comunicam, através de diversos rios, com Porto Alegre que também é o empório desta população.

Apesar de serem muitos os rios pelos quais descem aquelas provisões de mantimentos, só farei menção aos mais importantes e das produções que abundam nas terras adjacentes de cada uma deles.

Concorrem a Porto Alegre os negociantes das margens do rio Taquari que comerciam carnes de porco, toucinho, feijão, milho, arroz,

queijos, manteiga, graxa que é uma massa feita com sebo e tutano com que temperam a comida e o sabão. Tudo isso é vendido a preços diminutos devido ao muito que as pequenas povoações e freguesias produzem.

O rio do Lino¹⁵, um dos mais aprazíveis daquele distrito, por ficarem as vivendas da maior parte dos habitantes junto às margens, fornece a Porto Alegre, hortaliças, carne em charque que é vendida em certa medida salgada e secada ao sol, deliciosas frutas de espinhos, melancias e melões que, com os do Estreito de São José do Norte, são melhores que os de Portugal.

Os moradores das vizinhanças do rio chamado da Aldeia¹⁶ trazem para vender galinhas, frangos, patos, caças de diversas qualidades, principalmente as melhores perdizes daqueles contornos que são maiores e mais saborosas que as da Europa, as quais chamam de “zabelês” conquanto também há outras menores às quais dão o nome de “inhapopés”, louça de barro, telha e tijolos feitos nas muitas fábricas de olaria que ali foram construídas por haver boas argilas em suas vizinhanças, próprias até para louça branca, sendo os índios os melhores artifices desta mão-de-obra. De todos os índios que ali há, são estes os mais inteligentes e os melhor policiados porque não só semeiam trigo e legumes, como plantam hortaliças, além de ter particular inclinação, préstimo e aptidão para a jardinagem. Todos seus pomares são plantados com bela simetria e boa ordem. Excedem todos os demais povoadores na criação de galinhas, patos, perus e pombos o que, na distribuição do trabalho, compete às índias velhas que não se ocupam com outras atividades.

15 Evidentemente, aqui foi cometido outro equívoco: trata-se do Rio dos Sinos.

16 Trata-se do Rio Gravataí que passava pela Aldeia dos Anjos que era formada por indígenas trazidos das Missões Jesuíticas depois da destruição das mesmas a partir da expulsão dos padres da Companhia e pela chamada Guerra Guaranítica. Inicialmente, estes indígenas foram trazidos para as cercanias de Rio Pardo, mas como este local estava relativamente próximo à fronteira com a Argentina, e por se temer que os mesmos pudessem fugir para além do Uruguai devido à submissão dos mesmos ao trabalho servil, sua distribuição acabou por ser remanejada. A maior parte foi assentada na Aldeia dos Anjos (hoje, cidade de Gravataí), em Palmares e em Mostardas.

Os povoadores de Rio Pardo e do porto que foi aberto a poucos anos a cuja povoação foi dado o nome de Freguesia Nova, excedem aos demais em estâncias de gado, criação de bestas muares e cavalaes. Estes animais são criados em grande quantidade porque são levados para diferentes partes do Brasil, especialmente, para São Paulo. Há pouco tempo uma besta muar era comprada por 1\$600 réis e, quando muito cara, não excedia os 2\$000. A povoação é a mais tosca de todas as daquele continente: poucas são as casas cobertas de telha porque o mais comum é cobri-las com folhas de pindoba¹⁷, nicorí¹⁸ ou alguma outra da infinidade de palmeiras que há por todo o Brasil, sem que, contudo, eu tenha podido saber onde exista a verdadeira palma que produz a tâmara.

Além dos mencionados rios, há outros que deságuam no grande de São Pedro, dos quais não faço expressa menção por haver menos culturas em suas margens, o que é consequência do pequeno número de habitantes além da ociosidade e inércia destes povoadores.

Nas dilatadas matas que ficam no terreno que media entre Rio Pardo e a vila de Porto Alegre há excelentes madeiras para construção, marcenaria e tinturaria, assim como muitas árvores cujos frutos sustentam as belas aves de diferentes espécies que as povoam e a imensa caça terrestre que ali se cria como veados, antas, pacas, porcos, coelhos e muitas outras qualidades nativas do Brasil.

(seguem as página referentes à política que deveria ser implantada para o desenvolvimento desta Capitania e da de Santa Catarina).

O teu amigo e venerador

Amador Veríssimo de Aleteya¹⁹

17 *Attalea compacta*, uma palmeira de porte esguio que produz frutos duros e ricos em óleo utilizável. *Atualmente, a mesma só cresce no centro-oeste do país, e não no Rio Grande do Sul.*

18 Nome desconhecido.

19 Esta palavra é desconhecida em português nem consta a existência de algum lugar com este nome

Os textos sobre a Porto Alegre do período colonial são raros e muito lacônicos. O minucioso levantamento realizado por Noal & Franco²⁰ cita um texto datado de 1754 do coronel italiano (depois brigadeiro) Michelangelo Blasco que fora encarregado pelo Governador Geral Gomes Freire de Andrade de fazer o levantamento do Rio Jacuí, cita a existência, no Porto de Viamão, de um “arroio” (provavelmente, um “arraial”) de casas de palha habitadas por casais da Ilha (dos Açores).

O segundo texto é de autoria do também brigadeiro (e, depois, governador da Capitania) Francisco João Roscio. Seu relato é de 1774/5 e, portanto, já depois de transferência da Capital. Nele se limita a descrever a situação geográfica da povoação.

O relato seguinte é do tenente-general Johann Heinrich Böhm a quem tem sido atribuída a criação do exército brasileiro e foi escrito em 06/1775. O autor estava interessado nas condições em que se encontravam as instalações militares e nos trabalhos desenvolvidos em seu estaleiro onde estavam sendo construídos uma sumaca e um “penque” que provavelmente deveria ser um “brique” que era um navio de quatro mastros, quando recomendou o apressamento da conclusão dos mesmos, certamente, para que pudessem ser utilizados na retomada de Rio Grande que viria a acontecer no ano seguinte. Sobre o povoado, refere-se apenas à existência de um Palácio, obviamente, o do governo que viria a ser batizado com o nome de Palácio de Barro.

O relato de Domingos Moniz Barreto é de 1778 e traz notícias da existência de várias (sic) azenhas e de alguns moinhos de vento que serviam para moer o trigo. Além disso, dá conta de que os moradores dos rios Taquari e do(s) Sino(s) abastecem ao povoado com produtos agrícolas e de carnes enquanto os do rio da Aldeia dos Índios fornecem

em Portugal. Como Vilhena era professor de grego, certamente, ele se reportou ao prefixo “aleta” deste idioma que tem o significado de “verdade, verdadeiro” como em “aletologia” que é o discurso em torno da verdade. Com isso, certamente, procurou enfatizar o conteúdo de veracidade de suas ponderações. Noutros termos, seu nome não teria o significado de um nome próprio, mas seria uma expressão de sua vontade de dizer a verdade acima de qualquer outra coisa.

20 NOAL Fº, Antônio & FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre, Santa Maria, Anaterria, 2004, primeiro de dois volumes.*

“caça de todas as qualidades” além de “louça para o consumo das cozinhas”. Pelo seu conteúdo, parece evidente que esta foi uma das fontes das quais Vilhena se serviu. Mas este autor não fez qualquer referência descritiva do povoado.

Dois anos mais tarde surgiu o texto de Sebastião Betamio que era funcionário da Junta Real de Fazenda. Ela dá conta da existência de “alguns edifícios de valor” que foram construídos à custa da Fazenda, sem, contudo, citá-los nominalmente.

Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara foi mandado a Porto Alegre em 1780 para assumir o cargo de governador que exerceu até sua morte em 1801. Sua percepção de Porto Alegre é bastante pessimista, pois cita “a casa de residência do governador” como sendo “sofrível” e alguns quartéis “menos maus”. A respeito da construção do povoado, destaca a existência a “menos de quatro léguas de distância uma fábrica de telhas e tijolos”. Além de constatar que o povoado ficava equidistante das duas fronteiras (Rio Grande e Rio Pardo) pouco tem a acrescentar sobre o povoado que contava com cerca de mil e quinhentas pessoas.

Domingos José Marques Fernandes chegou ao Rio Grande do Sul em 1798 quando Vilhena estava se preparando para voltar a Portugal. Era “escrivão de sesmarias” e depois foi promovido a Sargento-mor das Ordenanças da Capitania. Em 1804 estava em Lisboa onde publicou um trabalho sobre o Rio Grande do Sul em que pleiteava a criação de vilas. Trata-se, portanto, de uma publicação posterior à de Vilhena. Além da costumeira descrição geográfica do sítio em que estava implantado o povoado, fez uma elogiosa apreciação de seu desenvolvimento comercial, de seu aspecto urbano e de suas edificações em que destaca a matriz e o palácio governamental. Sua visão otimista pode ser explicada pelo fato de se tratar de um documento oficial que comete exageros tais como o de mudar o nome do Beco dos Pecados Mortais (atual Bento Martins) para a Rua das Virtudes.

O viajante seguinte a ser referido foi John Luccock que aqui

chegou em 1808, portanto, depois da abertura dos portos já no novo século.

Depois destas apreciações fica evidenciada a importância do relato de Vilhena. Enquanto os demais autores fazem referência à atividade comercial do povoado, Vilhena se esmerou em mostrar como o mesmo se processava. Mais surpreendente, no entanto, foi o fato de ter assinalado pela primeira vez a importância dos indígenas da Aldeia dos Anjos (Gravataí) na implantação do povoado. Na literatura tradicional a presença dos indígenas na Aldeia dos Anjos tem sido apresentada como altamente dispendiosa e os indígenas classificados como indolentes e avessos ao trabalho consoante com as manifestações do administrador da colônia, Vilhena desmente estes conceitos. Originários das Missões do Tape, depois da chacina da Guerra Guaranítica, haviam sido trazidos por força militar, às escondidas para Rio Pardo e, depois, para as margens do Rio Gravataí²¹. Surpreende também o fato de apontar que estes mesmos indígenas vendiam as suas cerâmicas no mercado da povoação na forma de louça e qualificando-os como sendo os melhores artesãos nesta especialidade. Foge da expectativa o fato de que estes indígenas concorriam com as populações brancas no fornecimento de gêneros de primeira necessidade e que o aprendizado que os mesmos tiveram conjuntamente com a catequese empreendida pelos jesuítas tivesse tido tão benfazejos reflexos na construção da nova capital da Capitania.

Tudo isso mostra que os indígenas missionários tiveram uma importância maiúscula no início do povoamento e do desenvolvimento de Porto Alegre e coloca em cheque a sempre propalada indigência dos mesmos e o resultante prejuízo que acarretava a sua manutenção aos cofres públicos. Esta contradição se constitui num forte indício de que por trás destas queixas da administração da Aldeia se escondia alguma falcatrua ou alguma despregada corrupção, para utilizar um termo mais atual.

21 Uma pequena parte deste contingente foi destinada a Palmares e a Mostardas.

Do ponto de vista da construção civil e da arquitetura, este relato confirma a existência de olarias a certa distância (quatro léguas = 26.4 km) de Porto Alegre, em Gravataí. Ao contrário do que se tem sido afirmado de que a produção de tijolos e telhas tenha sido introduzida por açorianos (o que só por si é discutível devido à escassa existência de argila nos Açores contrabalançada pela extrema abundância de rochas ígneas), atesta-se que foram os indígenas missioneiros os autores desta proeza.

Segundo Antunes Paranhos, o emprego de telhas cerâmicas e de tijolos nas construções do povoado teria sido viabilizado pelo transporte dos mesmos desde Laguna, no litoral de Santa Catarina. Desde logo fica evidente que o transporte tão longo de um material que, além de ser muito pesado, ainda é muito frágil seria inviável ainda mais numa época em que nem mesmo havia estradas minimamente qualificáveis. Estando as olarias indígenas estabelecidas às margens do Gravataí, fica factível a viabilidade do transporte de tijolos, telhas e louças em condições de segurança: bastava carregar as canoas na origem e descarregá-las no destino, depois de um transporte fluvial, suave e sem solavancos.

Embora os estabelecimentos dos indígenas na Aldeia dos Anjos (Gravataí) tivessem começado na década de 1760, a verdade é que demorou algum tempo para que estes assentamentos viessem a se consolidar. A descoberta de que Porto Alegre oferecia a oportunidade de compra de produtos cerâmicos deve ter levado algum tempo que corresponde ao que deve ter sido gasto na construção destas olarias e na construção dos barcos. Isso significa que vários fatores se conjugaram cronologicamente para viabilizar a construção da Capital nos termos das evidências documentais. Ao dividir a sesmaria em “meias datas”, Montanha já havia reservado zonas de matas para o fornecimento da madeira necessária à construção, possivelmente, baseado nas leis de proteção às madeiras nobres vigente em Portugal que reservavam as mesmas ao uso real, para a construção dos navios que seriam utilizados nas viagens transoceânicas, das assim chamadas madeiras-de

-lei. A impetuosidade do governador Figueiredo/Sepúlveda exigindo a imediata construção do Palácio, possivelmente, tenha sido a razão principal pela qual o mesmo tivesse sido construído em taipa. Mas, a partir daí e contrariando a tese tão propalada pela história oficial da arquitetura brasileira, qual seja a de que as construções no sul do Brasil, até meados do século XIX eram de barro, as construções de Porto Alegre, desde o início eram de tijolos e de telhas. Isso, naturalmente, não exclui a possibilidade de que algumas construções mais pobres fossem construídas em taipa. Isso vale especialmente para as construções africanas que começaram a de tornar comuns a partir do novo século se estamos interpretando corretamente as descrições de Saint-Hilaire.